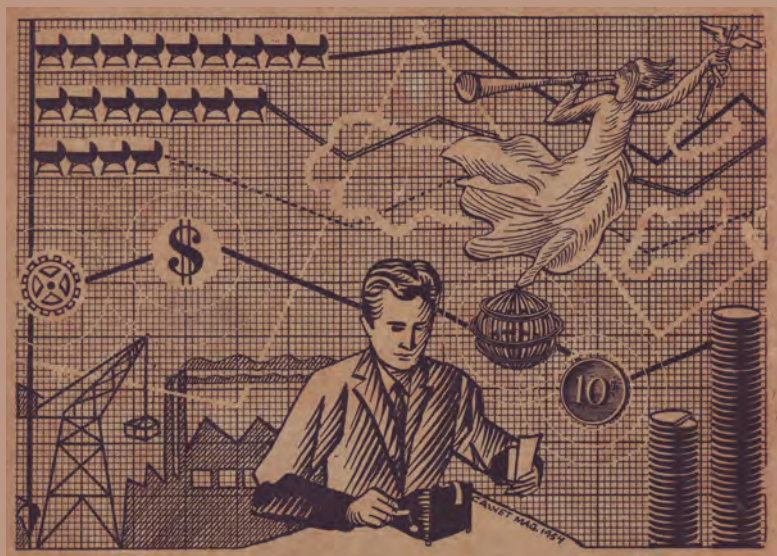


UMA PERSPETIVA HISTÓRICA SOBRE TEMAS FINANCEIROS NO ENSINO PORTUGUÊS: PROGRAMAS, ESCOLAS E LIVROS DE TEXTO



Ana Santiago
Alexandra Rodrigues
António Domingos
António José Almeida
José Manuel Matos
Mária Almeida
Rui Candeias

**Uma perspetiva histórica sobre temas financeiros no
ensino português: programas, escolas e livros de texto**

Ana Santiago
Alexandra Rodrigues
António Domingos
António José Almeida
José Manuel Matos
Mária Almeida
Rui Candeias

Coleção Educação e Desenvolvimento
UIED — Unidade de Investigação Educação e
Desenvolvimento
APM — Associação de Professores de Matemática

Uma perspetiva histórica sobre temas financeiros no ensino português: programas, escolas e livros de texto

Autores: Ana Santiago, Alexandra Rodrigues, António Domingos, António José Almeida, José Manuel Matos, Mária Almeida, Rui Candeias

© UIED, Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento

1ª edição: Março 2016

Tiragem: 50 cópias

ISBN: 978-972-8893-52-1

Depósito:

Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento

Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

2829-516 Caparica, Portugal

Tel: +351 212948383

e-mail: uied.secretariado@fct.unl.pt, <http://www.uied.fct.unl.pt>

Associação de Professores de Matemática

Rua Dr. João Couto, n.º 27-A

1500-236 Lisboa

Tel: +351 21 716 36 90

e-mail: geral@apm.pt

Capa e arte gráfica: Ana Santiago

Impressão e acabamento:

Várzea da Rainha Impressores SA.

Estrada Nacional 8, n.º 6

2510- 082 Óbidos, Portugal

Tel: +351 262098008

Índice

| | |
|--|----|
| Apresentação | 1 |
| A educação financeira nos dias de hoje | 2 |
| A intervenção das instituições financeiras portuguesas | |
| A intervenção do Ministério da Educação | |
| Desenvolvimentos recentes | |
| A educação financeira no ensino secundário | 8 |
| O conhecimento ligado às práticas comerciais | |
| Início da educação financeira nos liceus | |
| Educação financeira nos programas dos liceus | |
| A educação financeira no ensino normal primário | 15 |
| A educação financeira nas disciplinas de matemática | |
| A educação financeira noutras disciplinas | |
| A educação financeira no ensino comercial | 21 |
| A Aula do Comércio do Marquês de Pombal e a sua continuidade | |
| O fontismo e as sucessivas reestruturações do ensino comercial | |
| A fundação do Curso Superior de Comércio | |
| As Escolas Elementares de Comércio | |
| A reestruturação global do ensino profissional | |
| O ensino técnico durante a Ditadura | |
| As transformações no ensino comercial após a guerra | |
| Temas financeiros em livros de texto portugueses | 30 |

Apresentação

Este livro surge na sequência do trabalho de desenvolvimento curricular no âmbito da Educação Financeira que tem vindo a ser realizado pelos autores. O desafio para realizar uma exposição de livros e materiais que ilustrasse a ligação entre a Educação Financeira e a Matemática conduziu-nos a estudar a inserção do tema no passado.

O trabalho inicia-se com um levantamento dos trabalhos recentes na área, indicando, a par das recomendações internacionais, as produções nacionais, quer as de índole governamental, quer as pesquisas desenvolvidas em instituições de ensino superior, quer ainda as experiências de exploração do tema em aula.

Seguem-se três capítulos que revisitam o tema em três subsistemas: o ensino secundário, em particular os liceus, o ensino normal primário e o ensino profissional, este limitado ao ensino não superior. Nestes três capítulos tivemos muita dificuldade em distinguir os temas comerciais dos financeiros. Nas abordagens quer dos programas, quer dos manuais, estes dois assuntos estão naturalmente interligados e a nossa opção foi a de os referir indistintamente.

Terminamos com uma listagem de livros onde o leitor interessado pode encontrar uma ligação entre a matemática e a educação financeira. Os livros foram utilizados na exposição *Temas financeiros em livros de texto portugueses* que decorreu na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa entre 22 e 24 de junho de 2015 e na Escola Artística Soares dos Reis do Porto entre 30 de março e 3 de abril de 2016.

Este trabalho não seria possível sem a colaboração de outros colegas que conosco partilham o Seminário de Investigação em Educação Matemática sediado na Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e o Grupo de Trabalho sobre História e Memórias do Ensino da Matemática da Associação de Professores de Matemática.

A educação financeira nos dias de hoje

A Educação Financeira é um tema que tem vindo a ganhar destaque tanto a nível nacional como a nível internacional. Entre os assuntos que faziam parte da agenda para a reunião do conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 2003 estava um projeto intitulado *Projeto de Educação Financeira* que tinha como objetivo propor ações para educar financeiramente a população dos países filiados. Da primeira fase do projeto resultou o documento intitulado *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (OECD, 2005a). No mesmo ano, a organização publicou a *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, (OECD, 2005b), documento orientador para os governos que contém sete princípios e quatro linhas de boas práticas relativas à educação financeira. Desde então a educação financeira faz parte da agenda internacional, mobilizando o G20¹, bancos centrais, supervisores financeiros, entre outros (Santiago, 2015).

Segundo a OCDE (2005a), *literacia financeira* é definida como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar consistentes decisões financeiras e alcançar almejado bem-estar financeiro individual.:

A mesma organização define *educação financeira* como:

o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão dos produtos e conceitos financeiros e, através de informação, instrução e/ou aconselhamento objectivo, desenvolvem as capacidades e a confiança para tomarem consciência dos riscos (financeiros) e das oportunidades, para fazer escolhas informadas, para saberem onde obter ajuda, e tomar outras medidas concretas para melhorar o seu bem-estar e proteção. (OECD, 2005b)

A intervenção das instituições financeiras portuguesas

Acompanhando as tendências internacionais, também Portugal começou a desenvolver uma estratégia de Educação Financeira, tendo o Banco de Portugal (BdP), desde 2008, assumido um papel

¹ Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

relevante na área uma vez que possui competências específicas de supervisão comportamental. Em 2010, o Banco realizou um inquérito à literacia financeira da população portuguesa que pretendia identificar os comportamentos financeiros dos portugueses, medir a inclusão financeira, saber quais os critérios utilizados pelos portugueses na escolha de produtos financeiros e se sabem como estes funcionam, avaliar quais os hábitos de gestão do orçamento e da poupança dos inquiridos e perceber se a população tem conhecimentos sobre conceitos financeiros chave (Banco de Portugal, 2011).

Este inquérito serviu como instrumento de diagnóstico para a definição de uma estratégia nacional de formação financeira, como suporte à preparação de iniciativas de regulação comportamental, como instrumento de avaliação de programas de formação financeira e como apoio à definição de programas de formação financeira (Santiago, 2015).

Assim, em 2011 surgiu o *Plano Nacional de Formação Financeira* criado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF, Formado pelo Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários — CMVM — e pelo Instituto de Seguros de Portugal — ISP) (BdP, CMVM e ISP, 2011). Este plano, a executar entre 2011 e 2015, tinha como finalidade melhorar a literacia financeira dos portugueses e ser um complemento à regulamentação dos mercados bancários a retalho. Apresentava cinco objetivos: melhorar conhecimentos e atitudes financeiras; apoiar a inclusão financeira; desenvolver hábitos de poupança; promover o recurso responsável ao crédito; e criar hábitos de precaução. Adiantava também cinco áreas de atuação: os estudantes do ensino básico e secundário, estudantes universitários, trabalhadores, grupos vulneráveis e população em geral.

A intervenção do Ministério da Educação

Uma vez que uma das áreas de atuação definidas dizia respeito aos estudantes do ensino básico e secundário, foi estabelecida uma parceria entre o CNSF o Ministério da Educação e Ciência (MEC) que resultou, entre outros, na construção do *Referencial de Educação Financeira*, publicado em julho de 2013, documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo (Santiago, 2015).

A definição de educação financeira avançada pelo Ministério da Educação alarga a da OCDE, dando-lhe uma dimensão de cidadania. Segundo o referido referencial (MEC, 2013):

A Educação Financeira é um dos domínios da educação para a cidadania, componente transversal do currículo, de acordo com os princípios orientadores consagrados no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. Assim, o REF pode ser utilizado pelos professores no contexto de ensino e aprendizagem de qualquer disciplina ou área não disciplinar, em todos os níveis e modalidades de ensino. (MEC, 2013, p. 5)

O referido documento (MEC, 2013) justifica a importância da Educação Financeira nas escolas:

A importância da Educação Financeira nas escolas advém sobretudo do facto de crianças e jovens, de forma progressiva e cada vez mais prematura, se constituírem como consumidores, e concretamente como consumidores de produtos e serviços financeiros. Acresce que as decisões financeiras ao longo da vida requerem cada vez mais o domínio aprofundado de informação e conhecimento na área financeira, tendo em conta a crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado. (MEC, 2013, p. 5)

Acrescenta ainda que:

A concretização da Educação Financeira, permite aos jovens a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e capacidades fundamentais para as decisões que, no futuro, terão que tomar sobre as suas finanças pessoais, habilitando-os como consumidores, e concretamente como consumidores de produtos e serviços financeiros, a lidar com a crescente complexidade dos contextos e instrumentos financeiros, gerando um efeito multiplicador de informação e de formação junto das famílias. (MEC, 2013, p. 5)

O *Referencial de Educação Financeira* (MEC, 2013) não pretende constituir um guia ou programa prescrito, é antes um instrumento de apoio que, no âmbito da autonomia de cada estabelecimento de ensino, podem ser utilizados e adaptados em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver. Abrange seis temas: planeamento e gestão do orçamento, sistema e produtos financeiros básicos, poupança, crédito, ética e, finalmente, direitos e deveres.

Desenvolvimentos recentes

Atualmente são várias e diversificadas as instituições interessadas no tema, nomeadamente instituições de ensino superior portuguesas. Neste sentido, nos últimos anos tem sido desenvolvidos estudos na área da Literacia Financeira e da Educação Financeira, resultando algumas em teses de mestrado na

área da Educação Financeira em contexto escolar. Destacamos o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, a Escola Superior de Educação de Coimbra, O Instituto Politécnico de Leiria e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Relativamente a esta última instituição, foram apresentadas em 2015 duas teses de mestrado que inserem conteúdos de Educação Financeira na aula de Matemática. A tese intitulada *Educação Financeira no Ensino da Matemática: um estudo de caso do Ensino Básico*, procurou perceber de que forma os conteúdos do currículo da Matemática para o 6º ano do ensino básico podem ser relacionados com os conteúdos preconizados pelo Referencial de Educação Financeira e como o ensino da Matemática pode, por um lado, beneficiar e, por outro, contribuir para que os alunos se tornem mais conhecedores e críticos dos conteúdos relacionados com a Educação Financeira (Nascimento, M., 2015). A outra tese, cujo tema é *Matemática e Educação Financeira: um estudo de caso do Ensino Secundário*, procurou verificar se os manuais de Matemática A do 11º ano, no Capítulo de Funções continham exercícios com contexto na área de Educação Financeira; utilizar contextos ligados à Educação Financeira nas aulas de Matemática, no capítulo das Funções de forma a abordar conteúdos do Referencial de Educação Financeira (REF); ter alunos mais instruídos e informados sobre temas e conceitos financeiros básicos e úteis à gestão do dinheiro e orçamento (Nascimento, N., 2015).

Referimos ainda alguns projetos desenvolvidos. A Universidade de Aveiro que desenvolveu o projeto *Educação+Financeira* e organizou entre 2009 e 2014 a Conferência Internacional de Educação Financeira, *edufin*. Também o Instituto Politécnico de Leiria, através do projeto PELF – Programa de Educação para a Literacia Financeira do Instituto Politécnico de Leiria visa, por um lado, conhecer o nível de literacia financeira dos estudantes e, por outro, promover a inserção do tema Educação Financeira no referido instituto. A Escola Superior de Viana do Castelo, com a concretização de projetos de Educação Empreendedora, desenvolvidos em contexto educativo do pré-escolar e de escolas do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, explorou também aspetos básicos de Educação Financeira.

A UIED - Unidade de Investigação em Educação e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa tem também investigadores

envolvidos nesta área. Organizou em julho de 2014 um seminário com o tema *Educação Financeira: Um campo de Investigação e formação*, onde reuniu professores e investigadores da área da Educação Financeira de Portugal e do Brasil e contou também com a presença de membros da Direção-Geral da Educação que estão a trabalhar na área. Os investigadores da UIED foram convidados a participar no *1º Seminário de Pesquisa em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática*, que decorreu em 2014 na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil organizaram o *2º Seminário de Investigação em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática* que decorreu em 2015, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Domingos e Santiago, 2016) e contou com um número considerável de participantes brasileiros.

Uma vez que vários destes projetos tem concursos associados, nomeadamente o PNFF, o Milenium e a DECO, vão surgindo nas escolas várias iniciativas na área da Educação Financeira, com o objetivo de apresentar as iniciativas aos concursos. Um dos projetos, *Caixa de Crédito*², foi desenhado pelo professor Raul Alves e surgiu em setembro de 2010. Desenvolve-se no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara – Fânzeres/Gondomar e Agrupamento de Escolas de Campo – Valongo e é uma estratégia de educação financeira na infância que articula as orientações e/ou currículo do Pré-escolar e 1º CEB. Favorece a aprendizagem da Matemática e do Português, desenvolvendo as expressões e o conhecimento do mundo, educando para a cidadania.

Referências

- Banco de Portugal (2011). *Relatório do Inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010*. Disponível em: <http://www.bportugal.pt>. Acedido em: em 8 de Setembro de 2015.
- Banco de Portugal, e outros (2011). *Plano Nacional de Formação Financeira*. Lisboa: Banco de Portugal. Disponível em: www.bportugal.pt. Acedido em: 1 de março de 2016
- Domingos, A. e Santiago, A. (eds) (2016). *Atas do 2º Seminário de Investigação em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática*. Caparica: UIED.
- MEC (2013). *Referencial de Educação Financeira*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt>. Acedido em: 10 de outubro de 2014.

² Disponível em <http://www.caixadecredito.pt/>

- Nascimento, N. H. A. (2015). *Matemática e educação financeira: um estudo de caso do Ensino Secundário*. Tese de Mestrado, não publicada. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologias. Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16356>. Acedido em 1 de março de 2016
- Nascimento, M. F. C. F. (2015). *Educação financeira no Ensino da Matemática: um estudo de caso do Ensino Básico*. Tese de Mestrado, não publicada. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologias. Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16355> Acedido em: 1 de março de 2016
- OECD (2005a). *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. Disponível em: <http://www.browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/2105101e.pdf>. Acedido em: 20 de março de 2015.
- OECD (2005b). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acedido em: 20 de março de 2015.
- Santiago, A. E. (2015). A Educação Financeira Escolar em Portugal. *Boletim Gepem 66 – Educação Financeira Escolar*. Rio de Janeiro: GEPEM.

A educação financeira no ensino secundário

Nesta seção analisaremos a ligação dos temas de educação financeira à matemática, especialmente à aritmética, nas instituições de ensino secundário portuguesas, essencialmente nos liceus, sob um ponto de vista histórico.

O conhecimento ligado às práticas comerciais

A difusão de um conhecimento ligado às práticas comerciais inicia-se em Portugal nos alvares do século XVI acompanhando os desafios mercantis ligados à expansão. Seguindo a influência italiana, esta matematização dos processos comerciais vai recompor a aritmética (a arismética). A numeração romana é substituída pela árabe, simplificando algoritmos para as quatro operações fundamentais, e a proporcionalidade simples (a regra de três chã) já não basta. Novos processos de calcular os valores de troca de produtos, a partilha de lucros entre associados que entraram com quantias e em momentos diferentes, o cálculo de heranças, e muitos outros procedimentos são difundidos (Matos, 2005).

Este processo está inevitavelmente ligado ao desenvolvimento de uma nova mentalidade calculadora (Almeida, 1994) e está retratado nos conteúdos do primeiro livro de matemática escrito e impresso em Portugal, o *Tratado da prática d'arismética* de Gaspar Nicolas (Nicolas, 1519/1963) que aborda também muitas situações do quotidiano formatadas pela nova aritmética.

A figura 1 mostra o primeiro exemplo de processos de cálculo de trocas (“baratos”) incluído no livro de Gaspar Nicolas. Em linguagem atual o problema poderia ser formulado do seguinte modo: “sabendo que o côvado de pano vale 800 reais e é vendido por 900, a quanto deverá o mercador vender o quintal de lã que vale 6.900 reais se quiser manter a mesma margem de lucro”. Trata-se da aplicação imediata da regra de três simples e o livro prossegue apresentando situações comerciais cada vez mais complexas com resoluções matemáticas também cada vez mais elaboradas.

Começanse aqui os baratos.

Dous baratam laã z panno ho couodo do panno ha dinheiro contado val .800. reaes z abarato se mete a .900. reaes z ho quintal de laã a dinheiro contado val. 6900. demandando quanto se deue de meter ho quintal da laã ha barato. Ysto nam he outra cousa se nam regra de tres chaã onde diras se.800 fosse m.900. que seriam. 6900 .faze ha regra z acharas que vem assy. 7762. z meo z tanto meterey ho quintal da laã ao barato.

Figura 1. Processo para calcular o preço de venda de lã (Nicolas, 1963, folio 38)³.

A transmissão deste conhecimento mercantil vai-se manter vivo através dos inúmeros livros dedicados à aritmética, mas será necessário esperar pela segunda metade do século XVIII quando, sob a liderança do Marquês de Pombal, e num contexto de valorização do ensino da matemática (Matos, 2014), se funda a Aula do Comércio dedicada à formação de especialistas em contabilidade destinados, quer ao serviço público, quer a apoiar as diversas casas de comércio e que abordaremos numa secção posterior.

Início da educação financeira nos liceus

Se a intervenção do Marquês de Pombal desenha um novo enquadramento para os ensinos primário e superior, nos estudos intermédios limitou-se à criação de aulas avulsas que não preencheram o vazio criado pela extinção dos colégios jesuítas em 1759. Apenas após o novo regime de monarquia constitucional estar consolidado são postas em prática em 1836 novas instituições, os liceus, como corpo intermédio entre o primário e o superior.

Estas novas escolas pretendiam ser mais do que instrumentos de acesso ao ensino superior. O seu decreto fundador⁴, após lamentar

³ “Começanse aqui os baratos.

Dous baratam laã e panno[.] O couodo do panno ha dinheiro contado val .800. reaes e a barato se mete a .900. reaes e o quintal de laã a dinheiro contado val . 6900.[.] Demandando quanto se deue de meter ho quintal de laã ha barato. Ysto nam he outra cousa se nam regra de tres chaã onde diras se .800 fosse m .900. que seriam .6900. [.] Faze ha regra e acharas que vem assy .7762. e meo e tanto meterey ho quintal da laã ao barato.”

o sistema de aulas vigente por ser quase inútil para o ensino das ciências, adianta que uma ilustração geral e proveitosa deverá incluir “os elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado atual das sociedades” (p. 136) destinados às “grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores” (p. 136). Os liceus serão pois, no entender dos seus proponentes, veículos de aprofundamento de conhecimentos técnicos e científicos.

Entre os conhecimentos difundidos nos liceus vamos encontrar temas ligados à educação financeira, sempre associados à aritmética. Embora no início não existam programas, a informação os temas ensinados pode ser intuída a partir dos livros de texto da época, essencialmente obras de autores estrangeiros. Tomemos, por exemplo, o livro de Étienne Bézout *Elementos de Aritmetica*, uma tradução usada simultaneamente nos primeiros tempos dos liceus, na Universidade e nos institutos politécnicos (Matos, 2014). A sua 10ª edição de 1826 contém um conjunto de regras de aplicação da proporcionalidade, todas elas envolvendo situações ligadas ao comércio⁵. Escolhemos de entre elas o exemplo da figura 2 que apresenta uma situação complexa de partilha de lucros envolvendo negociantes.

Exemplo III.

UMa Companhia de tres negociantes ganhou 12050 libras, tendo entrado nella o primeiro com 3000^{lb} por 6 mezes, o segundo com 4000^{lb} por 5 mezes, e o terceiro com 8000^{lb} por 9 mezes: Quanto deve ter cada um ?

Figura 2. A regra de companhia em Bézout (1826, p. 233).

Comparando com o livro de António Jacinto Araújo, a *Aritmética* de Bézout contem os temas mais simples. Os mais complexos deveriam ser ensinados apenas a futuros profissionais que frequentariam a Aula do Comércio que é anexada ao Liceu Nacional de Lisboa em 1844, mantendo, no entanto o nome de

⁴ COLP, 1836, 2º semestre, 136-9. Designamos por COLP a Coletânea Oficial de Legislação Portuguesa.

⁵ Escolhemos esta edição por ser aquela a que temos acesso e que está mais próxima do decreto fundador dos liceus. No entanto, as edições anteriores e as posteriores não diferem significativamente quanto a este tema.

Escola de Comércio ou Secção Comercial e que será o embrião de futuras escolas profissionais ligadas ao comércio (Rodrigues, 2014).

A partir de meados do século XIX, os livros estrangeiros traduzidos passaram a ser substituídos por livros de matemática escritos por autores nacionais (Matos, 2014). Um dos primeiros desta época são os *Elementos de arithmetica para uso dos lycens* de Rufino Guerra Osório (1810-1879), Lente da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. A obra tinha sido objeto de uma encomenda do Conselho Superior de Instrução Pública e era o adoptado no Liceu de Coimbra (Gomes, 2002). O trabalho aprofunda as aplicações da aritmética a temas comerciais. A figura 3 apresenta um problema de juros compostos.

PROBLEMA II

Qual é o capital primitivo, que, posto a juros compostos de 6%, dá 275\$674,55 no fim de 5½ annos?

Sendo *y* o capital procurado, teremos $y \times [1,06]^5 \times [1,03] = 275\$674,55$; dividindo por $[1,06]^5 \times [1,03]$, virá $y = \frac{275\$674,55}{[1,06]^5 \times [1,03]}$. Fazendo o calculo por logarithmos, vem:

$$\begin{array}{r}
 \text{lg. } 274\$674,55. \dots 5,4403967 \\
 \text{lg. } [1,06]^5 \times [1,03] = 0,1393667 \\
 \text{lg. } y. \dots \dots \dots 5,3010300 \\
 \hline
 y = 200\$000
 \end{array}$$

Logo 200\$000 rs. é o capital primitivo, que, posto a juros compostos de 6% ao anno, dá o capital accumulado 275\$674 rs. no fim de 5½ annos.

Figura 3. Um problema de juros compostos resolvido com logarithmos (Osório, 1861, p. 154).

Sem chegar aos temas complexos abordados por António Jacinto Araújo (1788), esta obra expande significativamente o tema das aplicações comerciais e inclui um apêndice de 60 páginas com informações úteis para o comércio: o sistema métrico, que tinha recentemente sido adoptado nas escolas, e moedas e câmbios de muitas praças.

Educação financeira nos programas dos liceus

Os primeiros programas de matemática para os liceus, são publicados em 1872 (Aires e Santiago, 2014) e mencionam que a Aritmética deverá incluir no 3º ano os temas: medidas e moedas legais, juros simples e compostos, a regra de compra e venda de fundos públicos, ações e obrigações de bancos e companhias e a regra de câmbio (*Novo programa do curso dos lyceus*, 1875, p. 44) e no 4º ano (p. 46) uma teoria geral das anuidades e suas aplicações especialmente aos problemas de crédito predial. Estamos em pleno fontismo com a complexificação dos procedimentos capitalistas. Existem agora 18 liceus espalhados pelo país (Nóvoa e Santa-Clara, 2003) e a inclusão nos cursos generalistas dos liceus de tópicos financeiros (fundos, ações, obrigações) para além dos temas usuais ligados ao comércio (trocas, câmbios, seguros, formação de preços) destina-se a suprir uma necessidade de conhecimentos básicos que acompanhem o desenvolvimento nascente destes processos.

Podemos ver um exemplo de como estes temas eram tratados nos livros de aritmética destinados aos liceus. O livro *A arithmetica dos lyceus* de Elias Fernandes Pereira (1840-1926), professor do Liceu de Aveiro, dedica todo o capítulo final a temas financeiros e de seguros. A figura 4 mostra como o tema dos contratos das companhias de seguro de vidas é iniciado. A obra continua com uma explicação de como resolver matematicamente os diferentes caso que se podem apresentar.

325 Os contratos das *companhias de seguro de vidas* ou *seguro sobre a vida* reduzem-se a duas formas principaes, a saber: 1.º fornecer á companhia por uma só vez uma quantia sufficiente, para que durante toda a vida do subscriptor ella se obrigue a dar-lhe uma prestação annual constante; 2.º dar o subscriptor durante toda a sua vida á companhia uma unidade sufficiente com o fim de poder legar por sua morte.

Este ultimo caso apresenta duas variantes, conforme a companhia tem a dar capital por uma só vez ao herdeiro do subscriptor, ou pensão vitalicia. (a)

Figura 4. Contratos de companhias de seguro de vidas em Pereira (1877, p. 281).

Sempre associados à aritmética prática, os temas comerciais e financeiros vão manter-se nos programas seguintes. Por exemplo,

em 1880 os tópicos apenas são atrasados de um ano, isto é, os assuntos do 3º, pertencem agora ao 2º e os do 4º ao do 3º⁶. A reforma de Jaime Moniz de 1894, que consolida o ensino secundário português, mantém os mesmos temas e a de 1905, indica explicitamente que na 2ª classe deverá ser tratado o tema abrangente de contabilidade que inclui a descrição das principais operações de comércio; títulos, juros, descontos, bónus, câmbios, compra e venda de títulos, e regras de liga e de companhia.

A reforma dos liceus de 1918 separa as duas últimas classes do curso em Letras e Ciências. Embora mantendo o ensino dos juros, descontos, câmbios, compra e venda de títulos na 2ª classe associada ao estudo da regra de três simples e composta, retoma o tema de um modo mais aprofundado na 6ª classe apenas para o curso de Ciências.

A reforma proposta por Cordeiro Ramos em 1931 marca um ponto de viragem na abordagem do tema da educação financeira nos liceus. A par de uma simplificação dos programas em geral e dos de matemática em particular (Aires e Santiago, 2014), a educação financeira vai quase desaparecer limitando-se a aplicações à resolução de problemas de juros simples na 2ª classe⁷. Esta opção vai manter-se até aos novos programas de matemática moderna que vão gradualmente sendo publicados a partir de 1968.

Os novos programas do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário⁸, sem alterar profundamente os conteúdos em vigor desde 1931, explicitam detalhadamente os temas de educação financeira a tratar. No 2º ano menciona-se aplicação da proporcionalidade (o termo não é usado) a “problemas clássicos de *mistura* e de *companhia*” (itálico no original, p. 1403) e um pouco mais adiante indica-se:

6. Cálculo de percentagens em problemas, diretos ou inversos, relativos a descontos e a acréscimos relativos (de quaisquer grandezas). Cálculo do juro que rende um capital no período de um ano com uma determinada taxa (expressão em percentagem, ao ano); cálculo do mesmo capital acrescido do juro, ao fim de um ano, de dois anos, de três anos, etc. com juros compostos; cálculo do juro simples, em períodos inferiores a um ano; problemas inversos, por meio de equações (sem uso de fórmulas).

⁶ Programas para o ensino dos institutos secundários (1880). *Diário do Governo*, 245, 2809-10.

⁷ Decreto n.º 20.369 (1931). *Diário do Governo*, 232, 2.166-207.

⁸ Portaria n.º 23.601 (1968). *Diário do Governo*, 213, 1.379-434.

7. Moeda estrangeira e câmbios em problemas muito simples. Sistema inglês de unidades monetárias. (p. 1403)

Embora bastante detalhado, é pouco provável que esta parte do programa tenha sido de facto ensinada. Tratava-se da última rubrica do programa e, na época, estava generalizado o incumprimento dos programas (Matos, 2014).

Referências

- Aires, A. P. e Santiago, A. E. (2014). Os programas de Matemática do Ensino Liceal em Portugal. Em A. J. Almeida e J. M. Matos (Eds.), *A matemática nos programas do ensino não-superior (1835-1974)* (pp. 71-91). Caparica: UIED e APM.
- Almeida, A. A. M. (1994). *Aritmética como descrição do real (1519-1679). Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Araújo, A. J. (1788). *Aritmética Pratica e especulativa oferecida ao Serenissimo Príncipe do Brasil, Nosso Senhor, para uso dos principiantes que pretenderem freqüentar as Aulas de Mathematicas, e Commercio Tomo I*. Lisboa: Officina de Lino da Silva Godinho.
- Bezout, [É.] (1826). *Elementos de Aritmética por Mr. Bezout, da Academia Real das Sciencias de Paris, et., etc. traduzidos do francez* (10ª ed.). Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- Gomes, J. M. J. (2002). *O ensino da Matemática em Portugal no século XIX - do Secundário ao Superior*. Tese de mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Matos, J. M. (2006). Constituição de um saber matemático: a aritmética no Portugal da primeira metade de quinhentos. *Revista Brasileira de História da Matemática*, 6(12), 139-163.
- Matos, J. M. (2014). Mathematics education in Spain and Portugal. Portugal. Em A. Karp e G. Schubring (Eds.), *Handbook on the History of Mathematics Education* (pp. 291-302). London: Springer.
- Novo programa do curso dos lyceus segundo a Portaria de 5 d'outubro de 1872*. (1875). (2ª ed.). Porto, Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- Nicolas, G. (1519/1963). *Tratado da pratica darismetyca*. Porto: Livraria Civilização.
- Nóvoa, A. e Santa-Clara, A. T. (Eds.). (2003). *"Liceus de Portugal" história, arquivos, memórias*. Porto: ASA.
- Osório, R. G. (1861). *Elementos de Aritmética para uso dos lyceus aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública* (4ª ed.). Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.
- Rodrigues, A. S. (2014). Os programas de matemática no ensino profissional. Em A. J. Almeida e J. M. Matos (Eds.), *A matemática nos programas do ensino não-superior (1835-1974)* (pp. 95-113). Caparica: UIED e APM.

A educação financeira no ensino normal primário

O ensino primário incluiu naturalmente a exploração de problemas relacionados com compras e vendas como aplicação das quatro operações aritméticas (figura 5).



Figura 5. Problema de compra e venda, 2ª classe (Gomes, s/ data, p. 58).

Seria pois expectável que a formação de professores desenvolvida nas escolas normais incluísse a exploração de situações deste tipo. No entanto, o que encontramos nos programas destas escolas sobre o tema da educação financeira vai por vezes para além das meras aplicações da aritmética simples envolvendo conhecimentos profissionais úteis para atividades fora da escola, — agricultura, agrimensura, contabilidade e saúde —, e relevantes para comunidades locais que não disporem de especialistas nas áreas.

Em Portugal, a formação de professores nas escolas normais decorreu de uma forma lenta. Após algumas experiências que decorreram ao longo do início do século XIX, o início de uma formação estruturada de professores para o ensino primário ocorreu com o Regulamento para a Escola Normal Primária do Distrito de Lisboa de 1860⁹, a que se seguiu em 1862 a entrada em funcionamento da Escola Normal Primária de Marvila, em Lisboa. Esta escola destinava-se à formação de professores do ensino primário do sexo masculino e foi a primeira escola normal oficial

⁹ COLP, 1860, pp. 814-21.

integrada num plano mais amplo de formação de professores para o ensino primário (Pintassilgo, 2012).

A educação financeira nas disciplinas de matemática

Desde muito cedo, no desenvolvimento do ensino nas escolas normais, a matemática estudada contém uma componente prática e envolve temas próximos de aplicações profissionais (contabilidade, agrimensura) fazendo parte da função formativa destas escolas (Candeias e Matos, 2016). A própria designação das disciplinas que incluem os conteúdos de matemática faz referência a esse aspeto. Como exemplo poder-se-ão referir o Regulamento de 1860¹⁰, onde a disciplina é designada por Aritmética, Compreendendo as Proporções e a sua Aplicação aos Usos da Vida, Sistema Legal de Pesos e Medidas, ou o Regulamento Geral do Ensino Primário de 1896¹¹, onde a disciplina é denominada por Aritmética, Noções de Geometria Elementar e suas Aplicações Mais Usuais, Escrituração Comercial e Industrial.

Apesar da publicação de diversos regulamentos para o funcionamento das escolas normais desde meados do século XIX, os programas das disciplinas eram muitas vezes pouco discriminados, não permitindo conhecer com precisão os conteúdos que deveriam ser lecionados. No entanto, os programas publicados no Regulamento para a Execução das Leis sobre a Instrução Primária de 1881¹² contém uma descrição pormenorizada dos conteúdos e tópicos a lecionar em cada disciplina (Candeias e Matos, 2016).

No programa da disciplina de Aritmética, Sistema Legal de Pesos e Medidas, Noções de Álgebra, que consta no Regulamento de 1881 eram abordados no segundo ano do curso alguns tópicos que hoje poderíamos incluir no âmbito da educação financeira, como por exemplo a regra conjunta, a regra de juros e suas espécies, regra de compra e venda de fundos públicos, ações e obrigações de bancos e companhias, regra de câmbio ou a regra de companhia, de liga, de mistura ou de preço medio. Para todos estes tópicos era recomendado que se fizessem exercícios. Era também indicado que a resolução de problemas com as regras indicadas deveria ser feita através do sistema de redução à unidade e pelas proporções. Esta

¹⁰ COLP, 1860, pp. 814-21.

¹¹ COLP, 1896, pp. 474-516.

¹² COLP, 1881, pp. 145-91.

disciplina também incluía noções de álgebra, onde se incluíam alguns aspetos relacionados com a área financeira, como a utilização de letras para representação de certos resultados de cálculo e a aplicação à resolução de problemas de juros e de descontos.

O regulamento geral do ensino primário publicado em 1896¹³ mantém uma disciplina de Aritmética que apresenta no seu programa conteúdos que se podem enquadrar na educação financeira. Ao longo dos três anos do curso surgem nesta disciplina tópicos como o sistema monetário português, resolução de problemas de regras de três simples, juros simples e companhia simples, propondo-se a utilização do método da redução à unidade. No segundo ano do curso seriam trabalhos tópicos como regras simples e compostos de juros, descontos por fora e por dentro, regra de compra e venda de fundos públicos, ações e obrigações de bancos e companhias, regra de companhia e de liga, regra de câmbio.

Alguns exercícios incluídos no livro de Francisco Manso-Preto, *Aritmética Prática, Geometria Elementar e Escrituração Comercial* (1914), destinado às escolas normais primárias, ilustra o tipo de tópicos trabalhados (figura 5) que incluem juros compostos e anuidades e possuem bastantes similitudes com os abordados no curso dos liceus.

1. Que soma produzirá o capital 6.000\$00, colocado a juros compostos, durante 12 anos, à taxa de $6\frac{1}{4}\%$ ao ano, fazendo-se a capitalização dos juros semestralmente?
2. Durante que tempo ha-de estar um capital a render a juros compostos, a taxa de 6% ao ano, para duplicar?
3. A que taxa se deve colocar o capital 7.200\$00, pôsto a render juros compostos, para produzir no fim de 8 anos o capital acumulado 12.600\$00?
4. Qual foi o capital colocado a juros compostos, a $5\frac{3}{4}\%$ ao ano, que produziu no fim de 5 anos 7.200\$00?
5. Qual é a anuidade que se deve pagar no fim de cada ano para amortizar, em 23 anos, uma dívida de 3.600\$000, à taxa de $6\frac{1}{4}\%$ ao ano?
6. Qual é a dívida que se pode pagar, entregando, no fim de cada trimestre, 125\$00, durante 8 anos, sendo a taxa de 7% ao ano?

Figura 5. Temas do livro de Francisco Manso-Preto dedicados à escrituração comercial, industrial e agrícola (1914, p. 279).

Poderemos apreciar melhor a profundidade pretendida nos cursos das escolas normais observando os itens do tema Escrituração

¹³ COLP, 1896, pp. 474-516.

Comercial, Industrial e Agrícola discriminados no índice do mesmo livro.

| | |
|--|---|
| QUARTA PARTE | |
| ESCRITURAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA | |
| LIVRO PRIMEIRO | |
| Primeira classe | |
| CAPÍTULO | I — Escrituração comercial..... 493 |
| CAPÍTULO | II — Escrituração industrial e agrícola..... 521 |
| LIVRO SEGUNDO | |
| Segunda classe | |
| CAPÍTULO | I — Sociedades comerciais. Lei que rege os actos de comércio. Acções e obrigações. Juro, dividendo, aluguer, renda..... 531 |
| CAPÍTULO | II — Associações de previdência..... 539 |
| LIVRO TERCEIRO | |
| Tercera classe | |
| CAPÍTULO ÚNICO | — Contas correntes. Letras de cambio. Bancos. 549 |

Figura 6. Tópicos de escrituração no índice do livro de Francisco Manso-Preto (1914, p. 569).

A partir de 1911 a disciplina passa a chamar-se apenas Matemática, ou Matemáticas Elementares. Apesar desta alteração de designação, a disciplina continuou a incluir tópicos relacionados com educação financeira. Os programas de 1916¹⁴, publicados conjuntamente com o regulamento do ensino normal primário, ainda incluíam tópicos dessa natureza, por exemplo o estudo da regra de três simples e composta, regras de liga e de companhia.

No entanto, o programa de Matemáticas Elementares, publicado em 1919¹⁵, apesar de incluir alguns aspetos da aplicação da matemática a outros ramos da ciência, como a cosmografia, não apresenta tópicos relacionados com aspetos financeiros.

Com a instituição das escolas do magistério primário, que substituem as escolas normais primárias em 1930, deixa de existir nos cursos de formação de professores deste nível de ensino uma disciplina de matemática que incluía tópicos com este carácter.

Para além dos tópicos que são incluídos na disciplina de aritmética, ou de matemática, com o Regulamento para a Execução de Leis

¹⁴ Decreto n.º 2.213 (1916). *Diário de Governo*, 24, 65-146.

¹⁵ Decreto n.º 6.203 (1919). *Diário de Governo*, 227, 2235-385.

sobre a Instrução Primária de 1881¹⁶ para o ensino normal surgem na matriz curricular dos cursos das escolas normais algumas disciplinas que também indiciam o trabalho com estas componentes práticas ligadas a aspetos financeiros, como por exemplo Princípios de Economia Rural, Doméstica, Industrial e Comercial para o curso dos alunos do sexo masculino ou a disciplina de Economia Doméstica, nos cursos para alunas do sexo feminino.

A educação financeira noutras disciplinas

Para além do programa de aritmética, no regulamento de 1881 era também publicado o programa da disciplina de Princípios de Economia Rural, Doméstica, Industrial e Comercial. Esta disciplina constava dos dois primeiros anos do curso da escola normal e abordava diversos tópicos que se relacionam com a educação financeira que permitiriam ao professor ter alguma intervenção no contexto social onde iriam trabalhar. No primeiro ano era trabalhada a Economia rural e a Economia doméstica, esta última com os mesmos conteúdos do curso feminino. No segundo ano os tópicos relacionavam-se com Economia industrial e com Economia comercial. Nesta disciplina, e no que diz respeito à Economia rural, eram trabalhados tópicos como noções elementares sobre a riqueza e capital, rendas prediais (salários e lucros), preços, constituição da propriedade, distribuição e consumo, rendimento bruto e líquido. Na Economia Comercial surgiam tópicos como o capital, a moeda legal, papel moeda, crédito (letras, notas, cheques), imposto, relações comerciais de Portugal com as outras nações, juros e consumo. Também a Economia Doméstica, trabalhada no primeiro ano do curso normal, abordava tópicos do âmbito da educação financeira em conjunto com outros relacionados com a organização da casa. Alguns desses tópicos seriam as condições fundamentais de boa administração no governo da casa (orçamento, ordem, atividade, economia, asseio, previdência, vigilância).

Os programas de 1896¹⁷ contêm ainda a disciplina de Noções de economia, que aborda tópicos como noções elementares sobre o crédito, formas gerais de o realizar, elementos que o constituem e inconvenientes do seu abuso.

¹⁶ COLP, 1881, pp. 145-91.

¹⁷ COLP, 1896, pp. 474-516.

No início do século XX mantém-se a estrutura do curso que continua a apresentar tópicos semelhantes na disciplina de Aritmética prática. Estes tópicos manter-se-ão nos cursos de formação de professores do ensino primário com o intuito de dotar o futuro professor de um

conhecimento elementar das novas instituições económicas contemporâneas que o desenvolvimento e a intensificação da preparação, circulação e emprego das utilidades provocou necessariamente numa relação de causa para efeito.” (Decreto n.º 6:203, de 7 de novembro de 1919, p. 2364).

De uma forma mais ou menos regular, este tipo de disciplinas ir-se-á manter na estrutura dos cursos de formação dos professores do ensino primário até 1930¹⁸. Por exemplo, em 1901, a matriz curricular do curso incluía a disciplina de Direitos e Deveres dos Cidadãos e Noções de Escrituração Comercial e Agrícola¹⁹. Em 1930, no curso para a formação de professoras, ainda se incluía a disciplina de Economia doméstica, labores femininos e culinária. Na reforma de 1942, a estrutura do curso já não inclui qualquer disciplina com este tipo de designação.

Em 1930, com a instituição das escolas do magistério primário, e em 1943²⁰, com a publicação dos seus programas, estes tópicos deixam de constar dos cursos de formação de professores.

Referências

- Candeias, R. e Matos, J. M. (2016, em impressão). A matemática na formação dos professores do ensino primário em Portugal, da reforma pombalina de 1772 até 1910. *Perspectiva*.
- Gomes, J. M. (s/ data). *Problemas e Exercícios de Aritmética para a 2ª Classe* (27ª ed.). Lisboa, Liv. Popular de Francisco Franco.
- Pintassilgo, J. (Coord.) (2012). *Escolas de formação de professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Manso-Preto, F. A. (1914). *Aritmética Prática, Geometria Elementar e Escrituração Comercial* (4ª ed.). Braga: Livraria Escolar.

¹⁸ Decreto n.º 18.646 (1930). *Diário de Governo*, 166, 1443-50.

¹⁹ COLP, 1901, pp. 1229-46.

²⁰ Decreto n.º 32.629 (1943). *Diário do Governo*, 12, 31-41.

A educação financeira no ensino comercial

Nesta seção analisaremos o desenvolvimento dos temas de educação financeira nas escolas comerciais portuguesas, focando em especial a sua ligação à matemática. Concentrar-nos-emos nas escolas “secundárias”, deixando de fora as instituições de ensino superior.

O ensino comercial surgiu como solução para a instrução de comerciantes e homens de negócios e manteve ao longo dos séculos alguma continuidade institucional, tendo o seu início com a criação da Aula do Comércio em 1759, que em 1844 foi transformada na Secção Comercial do Liceu de Lisboa e posteriormente, em 1869 foi transferida para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. É nesta instituição de ensino, que em 1884, com o Ministro António Augusto de Aguiar, surgem no nosso país o curso elementar e o curso superior de comércio. Neste texto pretendemos analisar a incidência da educação financeira nos currículos dos cursos comerciais desde a Aula do Comércio à reforma de Galvão Teles em 1967.

A Aula do Comércio do Marquês de Pombal e a sua continuidade

A *Aula do Comércio* cujos estatutos datam de 19 de abril de 1759, foi uma iniciativa do Marquês de Pombal e é considerada por vários autores como o ponto de partida no processo de escolarização do ensino comercial (Carvalho, 2008; Gomes, 1996; Pardal, Ventura e Dias, 2003; Rodrigues, 2014).

O objetivo desta nova instituição escolar, era promover a formação no que concerne ao conhecimento de algumas regras da contabilidade e de conversões entre pesos e moedas de Portugal e de outros países. Esta *Aula* destinava-se a alunos com mais de catorze anos, que soubessem ler, escrever e contar e tinha a duração de três anos, sendo dada preferência a filhos ou netos de homens de negócios aos quais era atribuído um subsídio. O programa preconizava o ensino das quatro operações aritméticas, quebrados, regra de três e outras, pesos em todas as praças do comércio, medidas, moedas, câmbios, seguros, fretes, comissões, obrigações, escrituração dos livros por grosso e a retalho (Rodrigues, 2014).

Conseguimos ter uma visão dos temas abordados através do livro *Aritmetica Pratica e espiculativa* de António Jacinto Araújo (1788), professor de escrita e aritmética falecido em 1794 especialmente redigido para os alunos das aulas de matemática e de comércio. No livro, a par do estudo das progressões, fundamentais para abordar o tema dos juros, por exemplo, a proporcionalidade é desenvolvida e inclui agora regras aplicáveis a situações bem intrincadas (figura 2).

4.º Problema de 13 termos

Suppunhamos, que 2640 homens, ganhando cada hum $2\frac{3}{4}$ ✕, trabalhando 9 horas por dia, fizeram em 227 dias 1550 pellas de seda de 50 covados cada pella, e $1\frac{1}{7}$ covados de largo. Pergunta-se, quantas pellas poderá fazer 3230 homens, ganhando $3\frac{1}{4}$ ✕ cada hum, trabalhando 13 horas por dia no tempo de 315 dias, tendo cada pella 56 covados, $1\frac{1}{4}$ de largura.

Figura 1. Problema de 13 termos (Araújo, 1788, p. 277).

Regras de juro simples e composto, descontos comissões, seguros, etc. são outros dos temas tratados.

Seguiram-se outras escolas centradas na formação comercial de profissionais como a *Academia Real de Marinha e Comércio* em 1803 ou a *Aula do Comércio da Corte* criada no Rio de Janeiro em 1809 logo após a chegada da Corte (Gomes, 1996).

Foi em 1844, que a Aula do Comércio se transforma na Secção Comercial do Liceu de Lisboa²¹, mantendo assim uma linha de continuidade entre as duas instituições. Entre as disciplinas lecionadas na Secção Comercial encontramos duas que se prendem com o objetivo deste texto, a primeira cadeira designada por *Aritmética comercial, compreendendo moedas, pesos e medidas* e a terceira cadeira designada por *Escrituração, câmbios, letras, seguros, prática*.

O fontismo e as sucessivas reestruturações do ensino comercial

Apesar de em 1852²², Fontes Pereira de Melo ter introduzido alterações no ensino industrial e agrícola no nosso país, não

²¹ COLP, 1844, pp. 306-30.

²² COLP, 1852, 2º semestre, pp. 864-70.

encetou a reforma do ensino comercial. A primeira alteração a esta tipologia de ensino apenas tem lugar em outubro de 1866, com a publicação do Regulamento da Escola de Comércio de Lisboa²³. Os cursos da escola de comércio tinham a duração de dois anos, e a educação financeira era ministrada na primeira cadeira do primeiro ano que introduzia conceitos de *Aritmética comercial* e numa cadeira comum aos dois anos do curso onde se ensinava *Escrituração Comercial e as suas Aplicações*. Para frequentar estes cursos era necessário ter idade superior a treze anos e aprovação em todas as cadeiras do primeiro ano dos liceus ou habilitar-se a exame nestas disciplinas. O ensino elementar de comércio, lecionado no segundo grau do ensino primário já incluía no currículo noções básicas de *Aritmética comercial* e *Escrituração Comercial*.

Três anos mais tarde, atendendo às dificuldades do tesouro público, o ensino comercial passa a ser lecionado apenas nas duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto. Extingue-se a Secção Comercial do Liceu de Lisboa²⁴, passando o ensino comercial a ser ministrado no Instituto Industrial de Lisboa, a partir desta data designado por Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, criando-se neste instituto uma nova cadeira de *Escrituração e contabilidade industrial, seguros, câmbios e letras*. No Porto o ensino comercial mantém-se em funcionamento na Escola Politécnica, até 1886, altura em que se institui o Instituto Industrial e Comercial do Porto²⁵. Esta legislação prevê que se leccione a disciplina de *Contabilidade geral e Operações Comerciais* em ambos os Institutos e que em Lisboa exista ainda a cadeira de *Operações financeiras*.

A fundação do Curso Superior de Comércio

Será na década de 1880 e sempre sob a tutela do Ministério das Obras Públicas que se expandirá o ensino profissional ao resto do país. Assim, no início de 1884²⁶, sendo Ministro António Augusto de Aguiar, são criadas escolas industriais e de desenho industrial, nos locais do país onde existiam grandes centros de produção (Rodrigues, 2014). O ensino comercial também sofre algumas transformações e a 11 de março de 1884 é publicado o Plano de Organização do Curso de Comércio no Instituto Industrial e

²³ COLP, 1866, Dezembro, pp. 440-2.

²⁴ COLP, 1869, Dezembro, pp. 865-8.

²⁵ COLP, 1886, Dezembro, pp. 952-962.

²⁶ COLP, 1884, Janeiro, pp. 1-2.

Comercial de Lisboa²⁷. Este divide o ensino comercial em dois níveis: elementar e superior. No curso elementar aprendem-se noções gerais de contabilidade e operações comerciais, e no curso superior de comércio existe uma cadeira de operações financeiras. Estes cursos destinavam-se à formação de negociantes, banqueiros, administradores, diretores guarda-livros, empregados de estabelecimentos comerciais e industriais e a certos lugares de administração pública.

Entre 1886 e 1889 Emídio Navarro é o responsável pela pasta das Obras Públicas e acentua o investimento nacional no ensino profissional (Pardal, Ventura e Dias, 2003). Assim, em 1887 é aprovado um novo Plano de organização do ensino industrial e comercial²⁸, que divide o ensino comercial em três níveis: elementar, preparatório e superior ou especial. Este ensino mantinha-se centralizado nas duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto, tendo lugar nos Institutos Industriais e Comerciais. O curso superior era apenas lecionado na cidade de Lisboa. A nível das disciplinas de educação financeira, não se verificam alterações de maior relativamente à organização anterior.

Durante a década de 1880, com uma conjuntura económica mais favorável e encetada pelos ministros António Augusto de Aguiar e Emídio Navarro, prolifera a criação de escolas industriais e de desenho industrial em vários pontos do país, mantendo-se o ensino comercial centrado nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto. Uma década mais tarde inicia-se uma separação entre um tipo de escolas dedicadas a um ensino industrial e comercial e que se poderia designar de ensino secundário pois segue-se ao primário, e um outro mais elaborado nas escolas de Lisboa e Porto que irá conduzir já na República a instituições de ensino superior.

As Escolas Elementares de Comércio

Já em 1891²⁹, atendendo às dificuldades financeiras do tesouro português, embora admitindo a importância do ensino profissional no nosso país, é publicada uma reestruturação desta tipologia de ensino, visando a contenção de despesas e o aproveitamento dos recursos existentes. A reforma dos institutos industriais e

²⁷ COLP, 1884, Março, pp. 52-4.

²⁸ COLP, 1887, Fevereiro, pp.952-962.

²⁹ COLP, 1891, Outubro, pp. 595-617.

comerciais limita-os ao ensino médio, cuja secção comercial tem como finalidade formar negociantes de pequeno ou grosso trato, bem como guarda livros e empregados superiores de contabilidade. A formação destes profissionais incluía a aprendizagem de *escrituração, contabilidade comercial geral e contabilidade financeira*. Esta lei determina que nos Institutos Industriais e Comerciais deixem de ser lecionados os cursos elementares de comércio, mas não pretendendo a sua extinção, espera o governo transferir a sua continuidade para escolas comerciais com o auxílio das associações comerciais de Lisboa e do Porto. Quanto ao curso superior de comércio ou de segundo grau, passa a ter uma duração de três anos, ao invés dos quatro previstos na reforma anterior e habilita para o lugar de verificador de alfândega ou de cônsul. Nos anos de 1894 e 1895 são criadas escolas elementares de comércio em Lisboa e no Porto, associadas, respetivamente à Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa e à Associação Comercial do Porto (Pardal, Ventura e Dias, 2003).

No virar do século, e não pretendendo encetar grandes alterações ao funcionamento do ensino profissional, é publicada a reorganização do ensino industrial e comercial³⁰, que já contempla a existência das escolas elementares de comércio. Nestas é lecionada a disciplina de *Noções gerais de comércio, escrituração e cálculo comercial*, que opcionalmente também poderá ser lecionada nas escolas industriais.

Depois da implantação da República em 1910 o *Instituto Industrial e Comercial de Lisboa* é desdobrado em duas escolas, o *Instituto Superior Técnico* e o *Instituto Superior do Comércio*, separando o ensino superior do ensino médio³¹.

Após alguns episódios atribulados, em 1914 é criada a *Escola de Construções, Indústria e Comércio*³². Esta escola divide-se na Secção Industrial e na Secção Comercial, e o ensino compreende, além do ensino preparatório de comércio, o Curso Secundário Comercial do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. O curso preparatório inclui no seu plano curricular *Noções de comércio e documentos comerciais e contabilidade geral*.

³⁰ COLP, 1901, Dezembro, pp. 1289-1303.

³¹ Em simultâneo criam-se duas universidades em Lisboa e Porto quebrando o monopólio da Universidade de Coimbra.

³² Decreto nº 1.009 (1914). *Diário do Governo*, 217, 1260-72.

A reestruturação global do ensino profissional

Numa sistematização de 1916³³ clarifica-se que o ensino técnico elementar compreende: escolas de desenho industrial, escolas industriais, escolas industriais-comerciais, escolas preparatórias, escolas elementares de comércio e escolas de arte aplicada. Estas reestruturações não possuíam uma visão de conjunto do sistema entretanto desenvolvido. Será João Azevedo Neves, Secretário de Estado do Comércio durante o regime de Sidónio Pais, que apresenta em 1918³⁴ uma perspetiva global do ensino profissional pioneira em Portugal. A organização e abrangência deste diploma vão estabelecer uma trajetória para o ensino técnico propondo estratégias para disseminar este tipo de ensino em Portugal, integrando-o no espírito popular e estabelecendo estratégias para atrair à escola jovens e adultos já empregados na indústria e no comércio, e serão um modelo a seguir até ao 25 de Abril de 1974 (Carvalho, 2008).

No que respeita ao ensino técnico comercial, João Azevedo das Neves prevê a sua existência para empregados do comércio de acordo com a localização do estabelecimento comercial, mantendo a estrutura curricular com um carácter elementar. Nestes cursos serão ministradas noções de escrituração comercial. Para a implementação desta tipologia de ensino por todo o país irá recorrer-se aos professores de instrução primária, para ministrarem a *Aula Comercial*. O ensino comercial completo abrange o 3º grau elementar, médio e superior, sendo o ensino médio ministrado nos Institutos Comerciais.

Não é apenas no sistema público que se vão criando escolas comerciais. A pouco e pouco, vão sendo criadas escolas privadas ou associações profissionais que incluem cursos de formação comercial. A Escola Académica foi fundada em Lisboa em 1847 e foi pioneira ao reunir valências de instrução primária, secundária e profissional, num mesmo estabelecimento de ensino. Para além de diversas inovações nos métodos de ensino, o seu Curso Comercial instituído em 1895 foi o primeiro organizado numa escola privada portuguesa.

³³ Decreto nº 2.609-E (1916). *Diário do Governo*, 179, 848-E-BBB.

³⁴ Decreto nº 5.029 (1918). *Diário do Governo*, 263, 2067-112.



Figura 9. “Escritório comercial” simulado na Escola Acadêmica (Escola Acadêmica, s/ data, p. 45).

O ensino técnico durante a Ditadura

A reforma de 1931³⁵, levada a cabo pelo Ministro Gustavo Cordeiro Ramos, veio introduzir alterações no ensino industrial e comercial. Prestando homenagem à reforma de 1918 e não pretendendo realizar alterações de fundo, esta reforma procurou simplificar o sistema (alterando o tipo de ensino e designando as escolas como técnico-profissionais) e dar coerência a uma legislação que com o correr dos anos se tinha tornado dispersa.

Foi feita uma reestruturação dos programas e da denominação dos cursos, para tornar mais claro qual a categoria dos técnicos que concluíam o curso no ensino técnico, havendo uma perda de autonomia pedagógica por parte das escolas cuja tendência havia sido iniciada com a reforma de Azevedo Neves. Foram também alteradas as designações genéricas das cadeiras e reconheceu-se indispensável fixar no regulamento do ensino técnico médio os programas respectivos, obedecendo a um plano uniforme, por forma a facilitar a homogeneização do ensino técnico.

Para o ensino médio comercial foram determinadas 18 cadeiras, cinco das quais relacionadas com a educação financeira, a saber:

14^a Cálculo comercial e financeiro.

15^a Contabilidade geral.

³⁵ Decreto nº 20.328 (1931). *Diário de Governo*, 218, 2069-85.

16ª Operações bancárias. Sua contabilidade.

17ª Contabilidade industrial e agrícola.

18ª Instruções de previdência. Sua contabilidade.

Esta reforma traz algumas inovações aos programas anteriores e aumentando o número de cadeiras para desenvolver competências de literacia financeira.

As transformações no ensino comercial após a guerra

Será no pós-guerra, com Pires de Lima³⁶, que será implementada a grande reforma do ensino técnico, longamente preparada pelo regime de modo a responder aos novos desafios económicos e tecnológicos que se colocavam. O ensino profissional, industrial e comercial será ministrado em dois graus: num primeiro grau será ministrado um ciclo preparatório de aprendizagem geral, com a duração de dois anos, instituindo-se no segundo grau os cursos comerciais complementares de aprendizagem, os cursos comerciais de formação profissional e os cursos comerciais de aperfeiçoamento profissional, a ministrar nas escolas comerciais (Alves, 2009). As disciplinas de Aritmética Comercial no Curso Complementar de Aprendizagem de Comércio, de Economia Doméstica do Curso de Formação Feminina, e de Cálculo Comercial do Curso Geral de Comércio integravam nos seus programas elementos de educação financeira. Por exemplo, as matérias ensinadas na disciplina de Cálculo Comercial abrangiam um leque de problemas amplo como o que pode ser observado na figura 8 da página seguinte.

Nos vinte anos que se seguiram houve diversas alterações pontuais à reforma de Pires de Lima, nomeadamente no que respeita à criação de novos cursos profissionais³⁷, mas que não alteraram a estrutura de formação existente.

Com a data de 2 de Janeiro de 1967, o Ministro da Educação Nacional, Galvão Teles, cria o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, posicionado entre o ensino primário e a escolha da frequência dos liceus ou de um curso técnico industrial, com o objectivo de atrasar o processo de decisão da criança que teria aos 12 anos que optar por uma das duas vias de ensino.

³⁶ Lei n.º 2.025 (1947). *Diário de Governo*, 137, 571-78.

³⁷ Portaria n.º 16198 (1957). *Diário do Governo*, 54, 219-220

10 — Um empresário, para estímulo dos seus funcionários, divide todos os anos 2% dos seus lucros líquidos pelos seus 6 empregados principais, em partes directamente proporcionais aos anos de bom e efectivo serviço e inversamente proporcionais às faltas dadas ao serviço, durante o ano. Calcule quanto recebe de gratificação cada um desses empregados (A, B, C, D, E e F) num ano em que o lucro, conforme balanço apresentado, foi de 1.500 contos, sabendo que:

- O empregado A tem 10 anos de bom e efectivo serviço e deu 5 faltas.
- O empregado B tem 5 anos de serviço, mas 2 anos não foram classificados como de bom serviço, e deu 10 faltas.
- O empregado C tem 1 ano de bom e efectivo serviço e deu 10 faltas.
- O empregado D tem 6 meses de bom e efectivo serviço e deu 1 falta.
- O empregado E tem 2 anos de bom e efectivo serviço e deu 20 faltas.
- O empregado F tem 15 anos de bom e efectivo serviço e deu 1 falta.

R.: $\left. \begin{array}{l} \text{A} - 3.333\$30 \\ \text{B} - 500\$00 \\ \text{C} - 166\$70 \\ \text{D} - 833\$30 \\ \text{E} - 166\$70 \\ \text{F} - 25.000\$00 \end{array} \right\} \text{(em zifões e centavos)}$

Figura 8. Um exercício do Compêndio de Cálculo Comercial (Ferreira e Matias, 1955, p. 61).

O Ciclo Preparatório do Ensino Secundário fundiu num só o 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico com a duração de 2 anos. Os programas das cadeiras, laboratórios e trabalhos gráficos que compõem os cursos dos Institutos Comerciais, são publicados a 25 de Janeiro de 1968.

Referências

- Alves, L.A.M., Sousa, P. R., Morais, T. T. e Araújo, F. M. V. (2009). *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa. Secretaria Geral do Ministério da Educação.
- Carvalho, R. (2008). *História do Ensino em Portugal – Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano* (4ª ed.). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Correia, J. e Matias, J. F. (1955). *Compêndio de Cálculo Comercial* (3ª ed.). Lisboa: Liv. Didáctica.
- Escola Académica* (s/ data). Lisboa: Tip. Do Comércio.
- Gomes, J. F. (1996). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Pardal, L. Ventura, A. e Dias, C. (2003). *O Ensino Técnico em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro
- Rodrigues, A. S. (2014). Os programas de matemática no ensino profissional. Em A. J. Almeida e J. M. Matos (Eds.), *A matemática nos programas do ensino não-superior (1835-1974)* (pp. 95-113). Caparica: UIED e APM.

Temas financeiros em livros de texto portugueses

Educação financeira antes dos liceus



1. **1743**
GARRIDO, João António
Taboada curiosa, novamente reformada e augmentada em que se trata de todas as regras geraes e especiaes de conta, que deve saber hum bom contador para o trato e commercio deste reyno, e de todo o mundo, com outras curiosas e utilissimas noticias, que vão no fim, fundadas sobre os numeros da conta.
João António Garrido, 3ª impressão, 1743. Lisboa, Officina Rita Cassiana.
(1ª ed. 1737, 10 outras edições?)



2. **1788**
ARAÚJO, António Jacinto (-1797)
Arithmetica Pratica e Espiculativa, offerecida ao Serenissimo Principe do Brazil, Nosso Senhor. Para uso dos principiantes, que pretendem frequentar as Aulas de Mathematicas, e Commercio. Tomo I.
António Jacinto de Araujo. 1788. Lisboa, Officina de Lino da Silva Godinho.



3. **1859**
Taboada para uso dos principiantes em contabilidade Cavalleiro *****, 1859. Lisboa, Typografia de Salles.

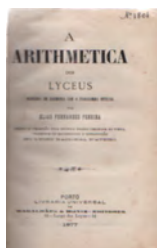


4. **1784**
BÉZOUT, Étienne (1730-1783)
Elementos de Arithmetica por M. Bezout, da Academia Real das Sciencias de Pariz etc. etc. Traduzidos do francez
M. Bézout, 1784, 2ª ed. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
(1ª ed. 1773; outras edições.)

Educação financeira nos liceus



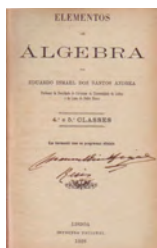
5. **1861**
OSÓRIO, Rufino Guerra (1810-1879)
Elementos de arithmetica para uso dos Lyceus
approvedos pelo Conselho Superior de Instrucção
Pública
Rufino Guerra Osório, 4ª ed., 1861. Coimbra, Livraria
de J. Augusto Orcel.
(1ª ed.?, 1849; 2ª ed., 1854; 4ª ed., 1861; 5ª ed. 1866)



6. **1877**
PEREIRA, Elias Fernandes (1840-1926)
A Arithmetica dos Lyceos redigida de harmonia com o
programa oficial
Elias Fernandes Pereira, 1877. Porto, Livraria Universal
de Magalhães e Moniz.
(1ª edição, 1877; 1882; 1903; 1921)



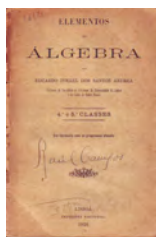
7. **1894**
PEGADO, Luiz Porfírio da Motta Pegado (1831-1903)
Tratado Elementar de Arithmetica.
Luiz Porfírio da Motta Pegado, 5ª ed., 1895. Lisboa,
Imprensa Nacional.
(1ª ed., 1872; 2ª ed., 1875; 3ª ed., 1881; 4ª ed., 1866; 5ª ed.,
1895)



8. **1909**
CORDEIRO, António Maria de Mattos Cordeiro
Compêndio de Arithmetica, Álgebra e Geometria. A. M.
de Mattos Cordeiro, 1909. Lisboa, José António
Rodrigues Liv.
(Eds. em 1909, 1914)



9. **1923**
CUNHA, Augusto José da (1834-1919)
Aritmética Prática para uso dos Lyceus Nacionaes.
Augusto José da Cunha, 13ª ed., 1923. Lisboa, P. António
Maria Pereira.
(1ª ed. 1876; outras edições)



10. **1928**
ANDREA, Eduardo Ismael dos Santos (1879-1937)
Elementos de álgebra, 4ª e 5ª classes. Eduardo Ismael dos Santos Andrea, 1928. Lisboa, Imprensa Nacional.

Educação financeira nas escolas normais, do ensino primário e doméstico



11. **1878**
PEREIRA, António José Gonçalves (1855-1942)
Tratado de Arithmetica para uso dos candidatos á Escola Normal ou ao magistério primário compreendendo todas as matérias exigidas pelo programa da mesma escola. Aprovado pelo Governo António José Gonçalves Pereira, 1878. Porto, Livraria Portuense Editora.



12. **1914**
MANSO-PRETO, Francisco Adolfo (1823-?)
Aritmética Prática, Geometria Elementar e Escrituração Comercial.
Francisco Adolfo Manso-Preto. (4ª ed., 1914). Braga, Livraria Escolar.
(5ª ed. 1915)

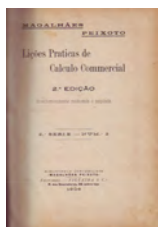


13. **196-**
GOMES, José Maria
Problemas e Exercícios de Arithmetica para a 2ª Classe.
José M. Gomes (27ª ed.) [196-]. Lisboa, Liv. Popular de Francisco Franco.
(Múltiplas edições desde 193-)



14. **1966**
SILVA, Maria Lucinda Antunes Tavares da e BUESCO, Maria Leonor Carvalhão (1932-1999)
Mãos Que Prestam. Curso de Economia Doméstica.
Maria Lucinda a Antunes Tavares Silva e Maria Leonor Carvalhão Buesco. 2ª ed., 1968?. Porto, Porto Ed.
(Eds. 1966, 1968, 1971, 1972, 1977)

Educação comercial e financeira nas escolas profissionais públicas



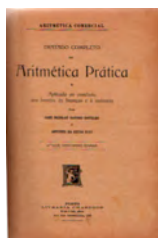
15. **1906**
PEIXOTO, António de Magalhães
Lições Práticas de Cálculo Comercial.
Magalhães Peixoto, 1906, 2ª ed. Lisboa, Figueira e Cª.



16. **1910**
FRANÇA, Victor Hugo da Costa França e SILVA, António Pedro Corrêa da
Elementos de Cálculo Comercial.
Victor Hugo da Costa França e António Pedro Corrêa da Silva, 1910. Lisboa: José António Rodrigues.



17. **1913**
BARBOSA, Raul Tamagnini (1878-1939)
Elementos de Cálculo Comercial (3º ano).
Raul Tamagnini Barbosa, 1913. Porto, Tip. Escola Prática Comercial Raul Dória.



18. **1913**
BOTELHO, José Nicolau Raposo (1850-1914) e DIAS, António da Silva
Tratado Completo de Arithmetica Pura e Applicada ao commercio, aos bancos, ás finanças e á industria, José Nicolau Raposo Botelho e António da Silva Dias, [1913], (4ª ed.). Porto: Livraria Chardron.



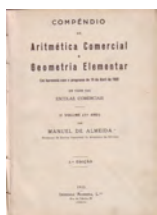
19. **1919**
BRANQUINHO, Alberto David
Comércio.
Alberto David Branquinho, 1919, 2ª ed. Lisboa, Sá da Costa.



20. **1929**
VIEGAS, Luís
Tratado de Cálculo Comercial.
Luís Viegas, 1929. Lisboa, J. Rodrigues e C^a.



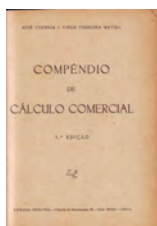
21. **1933**
ALMEIDA, Manuel
Compêndio de Aritmética Comercial e Geometria Elementar, I Vol. (1º ano)
Manuel Almeida, 1935. Porto, Imprensa Moderna.



22. **1935**
ALMEIDA, Manuel
Compêndio de Aritmética Comercial e Geometria Elementar, II Vol. (2º ano)
Manuel Almeida, 1935, 2ª ed. Porto, Imprensa Moderna.



23. **1932-**
DIAS, F. Caetano (1897-1969)
Comércio e Contabilidade. III vol. Aritmética e Cálculo Comercial.
F. Caetano Dias, >1932. Lisboa, Liv. Peninsular.
(1930; 4ª ed, 1944)



24. **1955**
CORREIA, José e MATIAS Jorge Ferreira
Compêndio de Cálculo Comercial.
José Correia e Jorge Ferreira Matias, (3ª ed.) 1955.
Livraria Didáctica, Lisboa.
(1ª ed.; 1953; 2ª ed. 1954; 3ª ed. 1955; 4ª ed. 1959; 6ª ed. 1963; 10ª ed. >1969)



25. **1963**
SILVA, Fernando Vieira Gonçalves da (1904-198-)
Noções de Contabilidade. 2º vol.
F. V. Gonçalves da Silva, 1963, 7ª ed. Lisboa, Sá da
Costa.
(1958; outras edições)



26. **1963**
SILVA, Fernando Vieira Gonçalves da (1904-198-)
Noções de Contabilidade. 1º vol.
F. V. Gonçalves da Silva, 1963, 8ª ed. Lisboa, Sá da
Costa.
(1958; outras edições)



27. **1964**
BRITO, Fernando Sanches e, BENTO, José
Exercícios de Cálculo Comercial para os Cursos
Comerciais.
Fernando Sanches e Brito e José Bento, 1964, 2ª Ed.
Porto, Porto Ed.

28. **1966-**
BAPTISTA, Manuel Inácio
Trabalhos Práticos de Dactilografia, Correspondência e
Documentação Comercial.
Manuel Inácio Baptista, >1966. Évora, Escola Industrial
e Comercial de Évora.



29. 1974-
CUNHA, Orlando Salcedas da e RAMOS, Fernando
Antão de Oliveira
Noções Gerais de Comércio.
Orlando Salcedas da Cunha e Fernando Antão de
Oliveira Ramos. >1974. Porto, Liv. Figueirinhas

Educação comercial e financeira em escolas privadas



30. **1957**
VEIGA, Armando Estácio da (1902-?)
Recreações Matemáticas. Cálculo Mental e Expedito.
Problemas Recreativos. Curso de Instrução Prática.
Armando Estácio da Veiga, 1957. V. N. Famalicão, Tip.
Mínerva.



31. **1958**
VEIGA, Armando Estácio da (1902-?)
Aritmética para uso das alunas do Curso de Instrução
Prática. Armando Estácio da Veiga, 1958. V. N.
Famalicão, Tip. Mínerva.



32. **1967-**
Curso de Instrução Prática. Escola Lusitânia Feminina,
[>1967]. Lisboa.

Este livro surge na sequência do trabalho de desenvolvimento curricular no âmbito da Educação Financeira que tem vindo a ser realizado pelos autores. O desafio para realizar uma exposição de livros e materiais que ilustrasse a ligação entre a Educação Financeira e a Matemática conduziu-nos a estudar a inserção do tema no passado.

O trabalho inicia-se com um levantamento dos trabalhos recentes na área, seguem-se três capítulos que revisitam o tema em três subsistemas: o ensino secundário, em particular os liceus, o ensino normal primário e o ensino profissional, este limitado ao ensino não superior. O livro termina com uma listagem de livros onde o leitor interessado pode encontrar uma ligação entre a matemática e a educação financeira.